

# Capitalismo financeiro digital, crise e desigualdade social no Brasil: o eterno retorno

28

Adilson Marques Gennari<sup>1</sup>

## Resumo

A sociedade capitalista global vem experimentando transformações determinadas, de um lado pela própria crise estrutural do capital que já vem se desenvolvendo desde o final do século passado na forma de crise econômica, crise ambiental, crise nas relações sociais (do emprego) e até crise de legitimidade; e de outro lado, pelos impulsos causados por revoluções tecnológicas que avançam para sua quarta fase (grundissização), no contexto de uma fase de desglobalização do capitalismo e mudança significativas nas relações internacionais com a emergência da Eurásia e dos países dos BRICS, em um novo contexto multipolar e pós-pandêmico. O objetivo deste paper é contribuir ao debate sobre as contradições deste processo em relação a crise estrutural e seu impacto na pobreza e desigualdade social no Brasil.

**Palavras-chaves:** Crise; revolução tecnológica; multipolaridade; desigualdade.

---

<sup>1</sup> Economista, doutor em sociologia. Professor da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP Araraquara | [adilsongennari@unesp.br](mailto:adilsongennari@unesp.br)



## Resumen

La sociedad capitalista global ha venido experimentando ciertas transformaciones, por un lado debido a la crisis estructural del capital que se viene gestando desde finales del siglo pasado en forma de crisis económica, crisis ambiental, crisis de las relaciones sociales (empleo) e incluso una crisis de legitimidad; y por otro lado, por los impulsos provocados por las revoluciones tecnológicas que avanzan a su cuarta fase (grundissization), en el contexto de una fase de desglobalización del capitalismo y de cambios significativos en las relaciones internacionales con el surgimiento de Eurasia y los países BRICS, en un nuevo contexto multipolar y pospandemia. El objetivo de este artículo es contribuir al debate sobre las contradicciones de este proceso en relación con la crisis estructural y su impacto en la pobreza y la desigualdad social.

**Palabras clave:** Crisis; revolución tecnológica; multipolaridad; desigualdad.

## Abstract

Global capitalist society has been experiencing transformations determined, on the one hand, by the structural crisis of capital that has been developing since the end of the last century in the form of economic crisis, environmental crisis, crisis in social relations (employment) and even crisis of legitimacy; and on the other hand, by the impulses caused by technological revolutions that advance to their fourth phase (grundissization), in the context of a phase of deglobalization of capitalism and significant changes in international relations with the emergence of Eurasia and the BRICS countries, in a new multipolar and post-pandemic context. The objective of this paper is to contribute to the debate on the contradictions of this process in relation to the structural crisis and its impact on poverty and social inequality.

**Keywords:** Crisis; technological revolution; multipolarity; inequality.

“O que há de indivisivelmente pequeno e de grande em tua vida há de te retornar”

[Nietzsche]

## Introdução

Dois grandes complexos de contradições convivem simultaneamente na atual sociedade global. 1) A crise estrutural do capital que se desdobra em três níveis: a) o capitalismo se transformou em sociedade destrutiva produtora de lixo e rumou para uma crise ecológica que colocou a existência do planeta e da humanidade em risco; b) crise nas relações sociais típicas do capitalismo. O assalariamento e a chamada formalidade estão severamente comprometidos; c) crise na sustentação simbólica ou superestrutural da



sociedade do capital; d) transição da economia industrial para a economia digital. 2) Mudança de eixo nas relações internacionais: a) decadência do poder econômico e político do império estadunidense e, b) a ascensão de países da Eurásia, principalmente China e Rússia e o crescente papel do chamado BRICS plus (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul + Argentina, Irã, Paquistão, Indonésia, Turquia e Coreia do Sul).

É no âmbito desses dois complexos que se situa a atual luta entre as forças sociais da revolução (comunistas, socialistas, feministas, social-democratas, anarquistas, etc) e as forças da contrarrevolução (burguesias urbanas decadentes, ruralistas, neonazistas, fascistas, proprietários de terras, especuladores, classes médias ressentidas, etc), forças essas que ganharão substância nos partidos, sindicatos, movimentos sociais e associações.

A força dos movimentos da revolução contra as forças da contrarrevolução determinarão, nas sociedades, países, blocos ou regiões, a luta entre as classes e frações de classe e assim, determinarão o grau de exploração dos trabalhadores e dos despossuídos e, por consequência, terão mais ou menos concentração de renda, mais ou menos desigualdades sociais, mais ou menos miseráveis famélicos, mais ou menos sem-teto, mais ou menos presídios ou hospitais e escolas. É deste modo que não é fortuita a variação do índice de Gini e o percentual da população abaixo da linha da pobreza. É antes uma determinação política e social a se refletir nos índices sócio econômicos.

A chamada globalização neoliberal que dominou a cena econômica e política do mundo desde a queda do muro de Berlin, sofreu seu primeiro grande revés com a crise financeira de 2008 que levou os Estados Nacionais a gastarem trilhões numa intervenção nunca vista. O segundo momento de revés foi a política econômica e de relações internacionais levada a cabo pelo governo de Donald Trump nos Estados Unidos com o objetivo de reduzir a participação do Estado em vários setores de gestão global do capitalismo, com uma política de caráter nacionalista. Depois a pandemia jogou uma pá de cal na globalização neoliberal já que todas as regras do jogo foram alteradas mesmo nos países com os governos mais conservadores como foram os casos dos EUA da gestão de Trump e do Brasil na gestão de Bolsonaro. Entretanto, vale ressaltar que em diversos aspectos o que se chama por processo de globalização encontra imensa dificuldade de reversão. Na realidade, o capitalismo em sua atual fase de crise estrutural não pode mais retroceder os processos de internacionalização e globalização de determinados aspectos do mundo da



economia e da política atuais, depois de desenvolver ao infinito determinados setores tais como o comércio mundial, as cadeias produtivas globais, os fluxos financeiros globais, seja produtivo, seja especulativo, a produção de commodities globais, e até mesmo o fluxo de pessoas, técnicos, cientistas e força de trabalho desqualificada. Dito de outra maneira, as formas de ser da reprodução do capital no início do século XXI possuem características estruturais que não podem simplesmente deixar de existir ou voltar para trás, assim como o capitalismo do século XX, caracterizado pelos oligopólios, não poderia simplesmente retroceder ao capitalismo competitivo do século XIX. É uma irracionalidade total a reflexão destas possibilidades. Se isto for verdade, o capitalismo globalizado e em crise estrutural do século XXI pode até abrir mão de uma ideologia totalmente falsa como o chamado “neoliberalismo”, entretanto, as características estruturais e concretas do capitalismo não podem abrir mão do colossal desenvolvimento do processo de globalização das estruturas econômicas e financeiras que caracterizam a economia capitalista atual. Para facilitar o raciocínio, seria mais interessante afirmar que o “capitalismo da globalização neoliberal” transitou para uma nova fase que poderia ser designada por “capitalismo global em crise estrutural” que contém aspectos desglobalizantes no sentido de elaboração de políticas com componentes centrados no aspecto nacional.

Em relação à particularidade brasileira, aprendemos com Francisco de Oliveira (2003) que a atual realidade brasileira pode ser simbolicamente reduzida a um “Auschwitz sem chaminés de crematório”. Entretanto, como refletir sobre pobreza e desigualdade social em áreas do mundo tão afetadas por grandes processos de superexploração sem ter em mente alguma perspectiva de futuro, pois o passado somente nos remete a colonização, superexploração e, no caso específico do Brasil, quase 4 séculos de escravização de povos africanos e indígenas autóctones. Para não ficarmos apenas na descrição da verdadeira hecatombe social que tal processo criou, o que nos motiva neste trabalho é, também, explorar as perspectivas abertas pela atual crise estrutural da civilização do capital e as possibilidades ou não abertas com a integração na ordem nova ordem econômica e social que se descortina neste início de século via o desenvolvimento ligado ao campo dos BRICS. Propomos, nesse sentido, um exercício de reflexão no campo das ciências sociais e humanas no sentido de encaminhar a seguinte questão: há perspectiva para sociedades ex-colonizadas e de economias escravizadas, e que percorreram alguns passos



no chamado desenvolvimento capitalista, para além da subordinação aos velhos polos hegemônicos, e no caso do Brasil, o que uma reflexão em conjunto com ou em bloco com o países dos BRICS podem oferecer de perspectivas a secular barbárie social instalada? Como em todas questões complexas, não há resposta rápida e simples no horizonte.

No que tange à desigualdade e concentração de renda, aprendemos com a obra-prima de Celso Furtado “Formação Econômica do Brasil” que iniciado o processo de colonização, a classe proprietária de terras junto com a Corôa Portuguesa, retinham mais de 90 por cento da renda gerada na atividade econômica, ou seja, quase a sua totalidade. É assim que tem início o experimento econômico nas terras que deram origem à nação brasileira. Os trabalhadores escravizados mal passavam dos 30 anos de vida no extenuante trabalho da produção de cana-de-açúcar. Esta atividade durou por séculos e até hoje se flagram fazendas reproduzindo o trabalho escravo. Isto é incrível, mas se pensado em perspectiva histórica, esta e outras atividades de superexploração se tornaram a marcas indeléveis de nossa particularidade histórica na qual a desigualdade social e o racismo estrutural são corolários.

O forte desenvolvimento da indústria a partir do final do século XX não reverteu radicalmente o quadro de superexploração do trabalho nem tampouco os níveis de desigualdade social, sendo um exemplo o período chamado “milagre econômico” brasileiro na segunda metade do século XX, onde em plena ditadura militar, o Brasil se tornou o país mais desigualitário do mundo, mantendo até os dias que correm um lugar proeminente neste ranking.

Postas essas linhas gerais, vamos refletir, ainda que brevemente, sobre a nossa questão chave primeiro expondo alguns aspectos da chamada crise estrutural do capital, para depois passarmos a considerações sobre a história econômica recente do Brasil e seu papel nos BRICS para, por fim, levantar questões sobre as possibilidades que se abrem nesta nova fase da (des) globalização.

## **O capital financeiro**

Não podemos minimizar a importância do capital financeiro global em suas relações com a crise estrutural do capital, que se expressam como crise financeira global, no âmbito de uma financeirização global. Mas o que é financeirização global? Desde a análise de Lenin no seu clássico



“Imperialismo etapa superior do capitalismo”, a financeirização e o desenvolvimento dos conglomerados financeiros deram um salto gigantesco, principalmente após a segunda guerra mundial e os desdobramentos da nova regulação internacional ditada pelo império estadunidense. Financeirização hoje, significa, grosso modo, que a maior parte da mais-valia produzida pela classe trabalhadoras nos cinco continentes do mundo, aflui inevitavelmente para grandes blocos ou organizações de investimentos e de especulação global, sendo que tal massa de mais-valia pode afluir via bolsas de valores, do interior dos Estados Nacionais (dívida pública), organizações públicas e privadas globais de investimento, ou simplesmente organizações bancárias. Assim, o capital financeiro global se organiza de um modo geral caracterizado por: 1. Grandes e poucos bancos globais; 2. Financeiras ligadas ou não às grandes corporações; 3. Fundos de pensão; 4. Os chamados *masters of universe of investments*, como Black Rock, Vanguard e State Street; 5. Fundos soberanos; 6. Corretoras de ações de diversas magnitudes e alcances regionais; 7. Mega investidores independentes, etc.

Tanto o investimento quanto a especulação partem e são partes do capital financeiro. O capital financeiro é o capital produtor de mais-valia, é óbvio que deverá passar pela esfera da produção, que vem ganhando nova concretude digital, por isso, o capital financeiro é o alfa e o ômega da acumulação de capital, e é por isso, que a taxa de juro é a mais importante taxa da economia, muito embora o juro seja uma parte dependente do lucro do capital industrial e comercial. Entretanto, a principal taxa da sociedade do capital é a taxa de exploração ou taxa de mais-valia que não aparece claramente no mundo fenomênico porque, em última análise, depende da luta de classes e vive nos subterrâneos do mundo produtor de mercadorias e seu fetiche. Assim, a taxa de juro é que fica aparente e é com ela que os capitalistas, via os bancos centrais, tentam controlar a economia, que é no fundo, incontrolável. Sendo assim, a economia do capital é uma economia financeira. Apesar de muitos economistas caracterizarem o capitalismo financeiro com o capitalismo do século XX com seus oligopólios e com a fusão do capital industrial com o capital bancário, no fundo, o capitalismo sempre foi e sempre será financeiro. Veja-se por exemplo o caso clássico do experimento colonizador brasileiro que não pode ser entendido sem o financiamento do capital financeiro dos Países Baixos, que ao financiar o experimento colonial colocou capital nas mãos dos empreendedores portugueses que com a superexploração das populações africanas



escravizadas deu vida a produção de excedente econômico que seria repartido entre as coroas portuguesas e os financiadores batavos, afora o império britânico. Ainda não se tratava de um caso de capitalismo maduro, mas estavam lançadas as bases da acumulação capitalista global mercantil na forma de acumulação primitiva. O que ressaltamos aqui é que os estudos de Marx expostos longamente no livro terceiro de *O Capital* dão conta de que o movimento do capital financeiro ( $D - D'$ ) já estava presente nas suas origens e sempre continuará presente enquanto existir a sociedade do capital, pois é sua fórmula suprema e geral da acumulação de capital que sempre requer a existência da atividade criadora de valor dos trabalhadores no seu interior, sem os quais a fórmula seria totalmente irracional. Não é por acaso que a estrutura da obra de Marx comece com a análise da mercadoria e termine com os rendimentos e principalmente com a análise do capital financeiro. Hoje isto fica bastante evidenciado com o poder brutal dos conglomerados financeiros globais e os fundos de investimento e especulação, dada a natureza digital de seu movimento.

No bojo desse espectro de funcionamento do capital financeiro, os países ou Estados Nação não deixam de estar a mercê das decisões dos administradores dessa gigantesca massa de capital financeiro global que, como se sabe, flui por todos os continentes na velocidade da luz, via fluxos cibernéticos cada vez mais eficientes.

Em relação às cadeias produtivas e ao avanço tecnológico aplicado na produção está cada vez mais claro a proeminência de uma mudança drástica de eixo no mundo em favor do continente asiático, que se torna além da fábrica do mundo, também a própria produção e expansão das fronteiras tecnológicas em todos os campos, o que faz aumentar a velocidade não só da produtividade do trabalho no mundo, mas também das forças da grundissização da sociedade.

### **A crise estrutural do capital:**

Para Karl Marx as crises recorrentes ocorrem porque “sob a forma dinheiro, o capitalista lança menos valor na circulação do que dela retira, e sob a forma mercadoria lança na circulação mais valor que dela retira. Enquanto personifica apenas o capital, funcionando como capitalista industrial, sua oferta de valor-mercadoria é sempre maior que sua procura. A igualdade entre ambas equivaleria à não valorização de seu capital que não



teria funcionado como capital produtivo.” (MARX, 1980, livro II, cap. IV, p. 119). Deste modo, as crises são inerentes ao capitalismo.

O que vem a ser crise estrutural? No debate das ciências econômicas é algo que se contrapõe à crise conjuntural, sendo esta uma crise de curto prazo e que incide na economia capitalista ciclicamente, e aquela uma crise de maior envergadura, que pode alcançar até o longo prazo já que incide nos próprios pilares da economia capitalista, sendo assim, uma crise do sistema e não apenas uma crise no sistema.

Entretanto, se adotarmos uma perspectiva mais multidisciplinar ou transdisciplinar e incorporarmos elementos da sociologia, política e até da filosofia, a “crise estrutural” pode ganhar outra representação categorial e remeter a uma crise do próprio modo de produção capitalista. Não apenas uma crise nos fundamentos econômicos, mas uma crise dos elementos estruturantes da própria civilização do capital, entendida como uma relação de dominação onde o trabalho vivo está dominado pelo trabalho morto para a produção de mercadorias e excedente econômico, a mais-valia ou trabalho não pago. É neste escopo teórico metodológico que nos inspira o pensamento do filósofo húngaro Stván Mézárós, principalmente em sua obra “Para além do capital”.

A categoria “crise estrutural” significa que: 1. O capitalismo perdeu seu chamado impulso civilizador do século XIX; 2. O aumento dos gastos militares ocorrem *vis a vis* ao corte dos gastos sociais elementares; 3. São investidos trilhões de dólares na devastação sistemática da natureza, o que coloca a possibilidade real da destruição da própria humanidade; 4. O sistema de dominação está em crise pois sua justificação histórica desapareceu; 5. Milhões de postos de trabalho desaparecem diante da alta produtividade do trabalho; 6. Uma crise de dominação onde os velhos valores de uma família patriarcal são confrontados constantemente em direção oposta: a luta feminista é um exemplo, onde o confronto da estrutura do patriarcado pode colocar em cheque todo o sistema de dominação do capital; 7. Demanda incontável por recursos ou uso intensivo de recursos; 8. Financeirização e especulação desmesurada; 9. crise do império unipolar.

Segundo Meszárós, são vários aspectos que diferenciam a atual crise estrutural das crises cíclicas do passado. Em primeiro lugar cabe destacar o caráter universal ou o alcance global da atual crise, depois é importante ressaltar sua escala de tempo que agora é extensa e por fim a atual crise estrutural é rastejante. Chama a atenção o caráter destrutivo do capitalismo





atual. “Cento e quarenta anos atrás, Marx ainda podia falar sobre ‘a grande influência civilizadora do capital’. (...) A influência civilizadora encontra seu fim devastador no momento em que a implacável lógica interna da autorreprodução ampliada do capital encontra seu obstáculo nas necessidades humanas. Em 1981, o orçamento militar nos Estados Unidos chega a 300 bilhões de dólares, e isso desafia compreensão humana. Ao mesmo tempo, os serviços sociais mais elementares são submetidos a duros cortes.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 800-801)

Segundo Mészáros, “a devastação sistemática da natureza e a acumulação contínua do poder de destruição – para os quais se destina globalmente uma quantia superior a um trilhão de dólares por ano – indicam o lado material amedrontador da lógica absurda do desenvolvimento do capital. Ao mesmo tempo, ocorre a negação completa das necessidades de incontáveis milhões de famintos: o lado esquecido e que sofre as consequências dos trilhões desperdiçados. O lado humano paralisante deste desenvolvimento é visível não só na obscenidade do ‘subdesenvolvimento’ forçado, mas em todos os lugares, inclusive na maioria dos países de capitalismo avançado.” (2002, p. 801)

Devastação ambiental, fome e destruição dos postos de trabalho, sendo “a idade dos trabalhadores considerados ‘úteis’ vem encolhendo e já se fala em algo como 25 a 50 anos. Assim, milhões de pessoas não encontram mais emprego nem ocupação alguma. O que está realmente em jogo é o papel do trabalho no universo do capital, uma vez que se tenha alcançado um nível muito alto de produtividade.” (MÉSZÁROS, p. 802)

Nesse sentido, alguns aspectos da realidade neste momento de crise estrutural do capital se destacam:

1. Crise ecológica: sociedade destrutiva, produção de lixo, agrotóxicos, produção de armamento, necessidade de guerras e destruição para manter a demanda efetiva, contaminação da água e do ar, aquecimento global.
2. Crise nas relações sociais: crise no trabalho assalariado, lei tendencial da queda da taxa de lucro, uberização, informalização, platamorfização com desdobramentos na desigualdade social crescente, pobreza e extrema pobreza.
3. Crise na ideologia dominante de justificação da sociedade do capital: crise do neoliberalismo, ascensão do “populismo” fascismo.



4. Nas relações internacionais, transição entre uma ordem fundada na *pax* norte-americana e europeia para um *mix* de multipolaridade com as novas organizações centradas nos interesses da Eurásia. Ascensão da China como potência global. Os BRICS. Novas formas de pagamentos internacionais. Comércio global e reprimarização do Brasil. Brasil como reprodutor do modelo colonial ou campo de produção de mais-valia para o capital internacional.
5. Novos movimentos sociais, partidos e formas de associação dos trabalhadores para produzir e consumir. Cooperativas solidárias, economia solidária, ocupações do MTST, movimento negro, movimento feminista, quilombolas, nações indígenas, comida grátis, armazéns do MST, agroecologia, etc que se somam aos tradicionais movimentos dos trabalhadores e dos estudantes.

A quarta revolução tecnológica em curso no mundo representa a mais radical transformação nas forças produtivas desde a sua primeira versão na Inglaterra do século XVIII. Ela traz alterações qualitativas no desenvolvimento das forças produtivas com impactos jamais vistos em todas as esferas da vida.

Alguns elementos essenciais desta revolução tecnológica e de suas tecnologias disruptivas são:

Inteligência artificial, robótica, 5G, Big data, biotecnologia, holografia, nanotecnologia, impressora 3D, internet das coisas (prédios, implantes, óculos, veículos, máquinas, robôs interligados, lente de contato), QRCode to pay, realidade aumentada, engenharia genética, Big Techs, C&I, open innovation, informática, cibernética, novos materiais inteligentes, toyotismo, semi-condutores, etc.

Todas essas formas e processos caminham *pari passu* com o interessante fenômeno da chamada "inovação aberta" (CHESBROUGH, 2006) que avança em alguns centros tecnológicos do ocidente, mas principalmente do outro lado do mundo, em algumas cidades chinesas, com destaque para Shenzhen. Tal fenômeno guarda uma peculiaridade pois possibilita a circulação abundante e rápida de inovações que podem criar uma teia de novos conhecimentos aplicados e compartilhados, sem os entraves do anterior modelo de inovação fechada, com suas regras, leis e seus entreves ao fluxo e aplicação do conhecimento.



A revolução tecnológica em pauta chama a atenção por suas diferenças em relação às anteriores. Chamamos essas mudanças e impactos de *grundrissização* da sociedade em uma referência direta a *Fragmento sobre máquinas* do clássico texto de Karl Marx (2011).

Nesta parte dos *Grundrisse* Marx entende que o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais, isto é, o desenvolvimento do capitalismo, tende a criar um “sujeito social”, um “conhecimento social” representado por uma força produtiva social capaz de alterar ou de empurrar o capitalismo para seus limites históricos. Mas como? Segundo Marx, “a tendência necessária do capital é o aumento da força produtiva do trabalho e a máxima negação do trabalho necessário. A efetivação dessa tendência é a transformação do meio de trabalho em maquinaria.” (MARX, 2011, p. 581)

Neste sentido, “a acumulação do saber e da habilidade, das forças produtivas gerais do cérebro social, é desse modo absorvida no capital em oposição ao trabalho, e aparece conseqüentemente como qualidade do capital, mais precisamente do capital fixo, na medida em que ele ingressa como meio de produção propriamente dito no processo de produção. A *maquinaria* aparece, portanto, como a forma mais adequada do capital fixo, e o capital fixo, na medida em que o capital é considerado na relação consigo mesmo, como forma mais adequada do capital de modo geral.” (MARX, 2011, p. 582)

Para Karl Marx do capítulo XIII de *O Capital*, a máquina possuía 3 partes. Entretanto, a quarta revolução tecnológica em curso está assentada no surgimento do quarto órgão da máquina, seu órgão de controle. Segundo Bacchi (2020, p. 32) “a partir de meados da década de 1960, houve um salto qualitativo na construção de máquinas que mudou seu caráter. Este salto se deu em função do surgimento da máquina programável, que introduziu a aplicação, nas máquinas, de um quarto órgão, o órgão de controle.” Gostaríamos de sugerir que isto que Bacchi chama de “órgão de controle”, o cérebro da máquina, coloca certa materialidade, ou dá realidade, às ideias abstratas de Marx dos *Grundrisse*, na medida em que o “órgão de controle” é um os aspectos da atual revolução tecnológica, ou seja, só faz sentido no bojo de uma revolução informacional, cibernética e robótica, que pode colocar o capital em seus limites, não por causa da natural queda da taxa de lucro sob efeito do espraiamento das novas tecnologias, mas pelo próprio caráter da nova forma que assumem as novas forças produtivas.



Penso que é esta a questão colocada por Marx nos *Grundrisse* e que ganham novo significado hoje.

Deste modo, a permanente e crescente aplicação da ciência e tecnologia no processo produtivo acaba por perturbar a forma valor na medida em que a parte de trabalho vivo nas mercadorias torna-se cada vez menor.

Há um processo de exacerbação das contradições do capital que se apresentam visceralmente no mundo atual. Verifica-se que “na mesma medida em que o tempo de trabalho – o simples quantum de trabalho – é posto pelo capital como único elemento determinante de valor, desaparece o trabalho imediato e sua quantidade como o princípio determinante da produção – a criação de valores de uso -, e é reduzido tanto quantitativamente a uma porção insignificante, quanto qualitativamente como um momento ainda indispensável, mas subalterno frente ao trabalho científico geral, à aplicação tecnológica das ciências naturais, de um lado, bem como à força produtiva geral resultante da articulação social na produção total – que aparece como dom natural do trabalho social (embora seja um produto histórico). O capital trabalha, assim, pela sua própria dissolução como a forma dominante da produção.” (MARX, 2011, p. 583) São essas complexas questões que a quarta revolução tecnológica e a crise estrutural do capital colocam de fato como questão real da sociedade hoje.

### **O Brasil nos BRICS na nova fase da (des) globalização multipolar**

Toda a sociedade e sua necessária atividade econômica está baseada na produção de mercadorias e serviços na busca do excedente econômico para remunerar os detentores de capital. Está ideia simples e óbvia leva ao inevitável: a desigualdade social é uma realidade inerente à própria sociedade moderna. Alguns autores chamaram de “nova pobreza”, outros, como Amartya Sen buscaram novas formas de medida da pobreza e da desigualdade social, já que está seria uma espécie de problema que a sociedade moderna teria que lidar permanentemente. Dada a própria estrutura da sociedade, dividida entre detentores de propriedades e despossuídos, a saída para combater a pobreza e a desigualdade social se transformam num pesadelo de Sísifo. Entretanto, na ausência de um processo que revolucione toda a estrutura e coloque fim em tal processo, as políticas sociais de combate à pobreza e à desigualdade social, que nasceram no final do século XIX na Europa, tornar-se-ão presentes em



praticamente todos os países de todas as partes do globo e, de algum modo, definirão o grau de sofrimento da população despossuída. São políticas sociais de saúde, educação pública, transportes, moradia, etc. E são políticas sociais de transferência de renda e renda mínima de cidadania. Todas com o objetivo de combater as “naturais” contradições da sociedade moderna e, portanto, criar um ambiente que possibilite, ao menos, a sobrevivência de grandes contingentes populacionais. No Brasil, por exemplo, praticamente metade da população carece de políticas sociais para a manutenção da própria segurança alimentar.

**Tabela I.** Posição dos países do BRICS frente às principais economias do Mundo

<b>Ranking - Economia</b>	<b>PIB – PPP 2020 (em milhões de dólares) [1]</b>	<b>Pertencem ao BRICS</b>	<b>IDH 2019 [ranking] [2][3]</b>	<b>Pobreza (nº estimado de seres humanos)</b>
<b>1ª China</b>	24.273,36	€	0,761[85]	zero
<b>2ª EUA</b>	20.936,60			
<b>3ª Índia</b>	8.907,03	€	0,645[131]	410 milhões
<b>4ª Japão</b>	5.328,03			
<b>5ª Alemanha</b>	4.469,55			
<b>6ª Rússia</b>	4.133,08	€	0,824[52]	20 milhões
<b>7ª Indonésia</b>	3.302,38			
<b>8ª Brasil</b>	3.153,60	€	0,765[84]	23 milhões
<b>9ª França</b>	3.115,31			
<b>10ª Reino Unido</b>	3.019,06			
<b>32ª África do Sul</b>	717,389	€	0,709[114]	9 milhões
<b>BRICS</b>	41.184,46			462 milhões

Fontes: (1. databank.worldbank.org, acesso em 14-abr-2022). (2. IDH, Fonte: ONU, Pnud, Relatório de desenvolvimento Humano, 2019). (3. Posição no ranking de 189 países)



Os BRICS, acrônimo para o agrupamento de 5 países, a saber, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, teve suas origens no ano de 2006 (tendo a África do Sul ingressado no grupo em 2014). O acrônimo foi primeiramente utilizado pelo economista Jim O'Neill no relatório da Goldman & Sachs n. 66 de 2001, que tinha por objetivo discutir a economia global e as relações entre o G7 e os principais países emergentes, daí a ênfase nos países BRICS. No relatório, O'Neill já advertia que o PIB-PPP dos países BRICS já representava 23% do PIB global. Nos dias que correm, após duas décadas do relatório da Goldman & Sachs, o PIB dos BRICS já ultrapassa os 40% do PIB global, o que representa um crescimento extraordinário, principalmente se se observar os indicadores do principal país do grupo, a China. Segundo o Banco Mundial, o PIB – PPP dos BRICS de 2020 soma um total brutal de cerca de US\$ 40 trilhões.

Outro aspecto relevante, no que tange ao campo da economia, foi a criação em 2014 do New Development Bank (NDB) ou Banco dos BRICS, que passou a funcionar em 2016 com um capital de US\$ 100 bilhões, sendo que cada participante ficou responsável por 20% do capital inicial. Outros países como Bangladesh, Emirados Árabes Unidos, Egito e na América do Sul o Uruguai, começaram a participar do banco. Todos os países dos BRICS possuem projetos em diversas áreas, principalmente no campo do desenvolvimento sustentável, inovação tecnológica e meio ambiente, aprovados e em avaliação desde o início de suas atividades. O NDB constituiu-se como uma verdadeira alternativa aos financiamentos do Banco Mundial, sendo que o Brasil tem atualmente mais projetos protocolados no NDB do que no BM.

Na visão do CEO do Novo Banco de Desenvolvimento, Sr. Marcos Troyjo, o futuro abre novas e surpreendentes perspectivas para o Brasil em suas relações com os BRICS já que é possível prever um novo ciclo de crescimento da demanda por commodities e o Brasil poderá aproveitar esta brecha de exportações para investir em ciência e tecnologia e endogeneizar alguns setores fundamentais da ponta tecnológica atual.

Em meio a guerra entre Rússia e Ucrânia, a Rússia recebeu diversos pacotes de sanções por parte dos EUA e da União Europeia, o que fez com que o Governo de Vladimir Putin reagisse com um conjunto de medidas para enfrentar as severas sanções. Uma das ações dos russos foi buscar estabelecer novas formas de financiar e de arcar com os pagamentos e recebimentos do comércio exterior, principalmente porque os chamados países ocidentais excluíram a Rússia do sistema Swift de pagamentos. A



Rússia por sua vez buscou alternativas no sentido de utilizar o rublo no seu comércio com a União Europeia, na medida em que decidiu que os pagamentos de suas exportações de petróleo e gaz seria feito diretamente e em qualquer moeda no Sberbank, ligado às grandes companhias russas. Mas uma coisa chamou-nos a atenção por envolver diretamente o Brasil. No dia 3 de março de 2022, o então vice-ministro das relações exteriores da Rússia declarou que após a chamada “operação militar especial” na Ucrânia, os países dos BRICS serão o centro da nova ordem mundial que estava nascendo<sup>2</sup>.

Esta forte declaração, conjugada a diversas análises que colocam a questão do surgimento de um novo mundo não mais unipolar sob controle dos EUA e da OTAN, mas de uma nova globalização ou (des) globalização, onde o polo da Eurásia teria um papel preponderante ao lado da velha ordem criada no pós segunda guerra mundial. Principalmente se considerarmos os dados recentes da economia dos BRICS, com destaque para o extraordinário crescimento econômico e de desenvolvimento tecnológico da China e do espetacular desenvolvimento no campo militar da Rússia. Esta é uma questão que estará no centro dos debates doravante. No momento podemos inferir que o Brasil, como um membro pleno dos BRICS e do G20 terá que se defrontar com esse novo desafio de uma nova ordem nas relações internacionais. O que se coloca para o campo da esquerda progressista do Brasil, dos BRICS e da América Latina é se em tal nova ordem global, a democracia, a autodeterminação dos povos e o próprio destino dos movimentos sociais e da classe trabalhadora pode estar entrando em uma nova fase, que necessariamente deverá contar com uma maior ênfase nas relações Sul-Sul e entre o Brasil e os BRICS. O que já sabemos é que a velha ordem não tem nada mais a oferecer senão as surradas receitas neoliberais e do FMI. A decadência das organizações de bretton woods é notória. Há que se debruçar sobre os novos desafios colocados para as nações de origem colonial, como o Brasil, no sentido de se perguntar qual os possíveis impactos deste novo desenho internacional tanto na nova divisão internacional do trabalho, quanto nos históricos índices de pobreza e desigualdade social que nos assolam estruturalmente há séculos.

---

<sup>2</sup> Ver: poder360.com.br, acesso em 30-03-2022.



## O trágico legado do Governo de Jair Bolsonaro (2019 - 2022):

O grande legado do Governo Bolsonaro ao povo brasileiro é o extraordinário efeito de seu governo no IDH ou índice de desenvolvimento humano e na devastação ambiental. Este indicador leva em consideração a expectativa de vida da população, o nível educacional da população e a renda da população. Na gestão Bolsonaro o IDH caiu pela primeira vez nos últimos trinta anos, ou seja, há três décadas o povo brasileiro não vivenciava uma piora generalizada em suas condições de vida como no transcorrer desta trágica gestão.

O Brasil figura como a oitava economia no ranking mundial em termos de PIB PPC, ou seja, é o oitavo país do mundo onde hipoteticamente a população tem acesso aos bens e serviços com sua moeda em relação a uma cesta internacional de bens e serviços. Paradoxalmente, os dados recentes demonstram que o Brasil voltou para o mapa da fome, com cerca de metade da sua população em situação de insegurança alimentar e cerca de 33 milhões de pessoas a passar fome. O que ou quais circunstâncias explicam esse fenômeno? Onde está o real poder de compra de metade da população brasileira? Ou, por fim, onde foi parar a riqueza gerada que se tornou inacessível para esses milhões de brasileiros? Nossa hipótese é que alguns fatores estruturais e outros conjunturais contribuíram decisivamente para a atual situação. Vamos apresentá-los em uma lista de oito causas:

1. Em primeiro lugar vamos focar nas contas do Balanço de Pagamentos de 2021 do Brasil. Como é sabido, este balanço registra todas as transações econômicas do Brasil com o resto do mundo. Em 2021, segundo o Ministério da Fazenda, tivemos um déficit na conta de Transações Correntes da ordem de US\$ 28,1 bilhões, o equivalente a 1,7% do PIB nominal. Isto significa que nós brasileiros enviamos cerca de US\$ 28 bilhões de dólares para remunerar os juros, lucros, royalties, etc, isto já considerando o saldo positivo com o comércio exterior, ou seja, com a balança comercial. Este quesito dá uma ideia de que parte do que os brasileiros produziram foram remetidos como remuneração aos investidores internacionais, seja produtivo, seja especulativo. Este fator é conjuntural mas podemos observar que a conta de serviços é historicamente deficitária;

2. Um segundo fator que ajuda a explicar o fenômeno está relacionado a um fator que é conjuntural mas que tem causas estruturais. É o fenômeno da brutal concentração de renda que assola a economia brasileira. Os dados do coeficiente de Gini demonstram que convivemos com um





elevadíssimo grau de concentração de renda, onde a metade da população brasileira mais pobre só ganha 10% da renda nacional.

3. Em terceiro lugar é preciso considerar a drástica redução dos gastos sociais e das transferências diretas de renda. Neste quesito podemos verificar cortes sistemáticos nos setores de educação e saúde como uma prática habitual do atual governo Bolsonaro, o que colocou muitas vezes a universidade e a pesquisa em situação de total inviabilidade.

4. Em quarto lugar, temos que considerar que ao contrário dos governos anteriores de Luiz Inácio da Silva e Dilma Rousseff, o governo Bolsonaro colocou em prática uma política de reajustes do salário mínimo apenas pelos índices de inflação, sem nenhum aumento real, como foi a prática dos governos anteriores, o que significa um arrocho salarial da parcela mais vulnerável da classe trabalhadora, bem como dos aposentados e pensionistas que recebem nesta faixa salarial.

5. Podemos listar como um quinto fator a roubar a renda dos trabalhadores, o atual processo inflacionário. Estima-se para 2022 uma inflação de cerca de 6 por cento e a inflação da cesta básica está na casa dos 11 por cento, bem acima do centro da meta estabelecida pelo próprio Banco Central. A inflação corrói o salário dos trabalhadores e num cenário de desemprego, flexibilização laboral e reformas trabalhistas contra os interesses dos trabalhadores, a inflação cai como uma bomba ao aumentar os preços dos itens fundamentais como alimentação, aluguel, água e luz.

6. O sexto elemento está correlacionado com o anterior pois ao lado do processo inflacionário vivenciamos uma política monetária de elevação sistemática na taxa Selic que vai corroborar com a diminuição das possibilidades de consumo da classe trabalhadora ao limitar o crédito e estrangular o orçamento com juros elevadíssimos na ordem de 13% ao ano.

7. O mais chocante dos legados catastróficos do governo Bolsonaro é sem dúvida o total descaso com a vida humana demonstrado por todo o período da pandemia. Os relatos da CPI da covid demonstram um alarmante quadro relatado com esmero no documentário "eles poderiam estar vivos", onde são expostas todas as medidas e descálbros do governo que redundaram na morte de quase 700 mil pessoas, das quais, sem exagero, poderiam ter sido salvas aproximadamente 400 mil, não fosse o total desprezo por políticas de contenção da doença. É notório o descado em relação ao atraso na compra da vacina e ao descado com o uso de máscara e outras formas de prevenção como o isolamento. Ao contrário, o Governo federal apostou na divulgação e incentivo ao uso de remédios



comprovadamente ineficazes como a cloroquina e ivermectina, na verdade remédios para vermes e para malária. A desinformação, o imprevisto e a falta de seriedade em relação à vacinação, criaram um ambiente hostil ao combate real da doença, levando muitos setores da sociedade a entender que estávamos diante de uma verdade política de extermínio em massa da população brasileira, principalmente daquela parte mais vulnerável. Este foi um dos reais motivos de ter sido Bolsonaro o único presidente da Nova República que não logrou êxito em reeleger-se.

8. Por último mas não menos importante, temos o legado deste governo na área ambiental que foi uma verdadeira pilhagem da amazônia por grilheiros e garimpeiros, que não enfrentaram grandes obstáculos por parte da fiscalização e do poder federal. Tanto na FUNAI quanto no IBAMA e outras estruturas que deveriam cuidar e dar proteção à amazônia sofreram processos de desmonte ou descaso. O resultado está aí e impressiona o mundo com a dimensão e velocidade de queimadas e devastação da floresta amazônica. Segundo o Greenpeace o desmatamento sob Bolsonaro foi o maior desde 2006 sendo "a área destruída equivalente a quase nove vezes a cidade de São Paulo"<sup>3</sup>. Já segundo o IPAM Amazônia, "o desmatamento na Amazônia cresceu 56.6% sob o governo Bolsonaro"<sup>4</sup>.

Se somarmos todos esses fatores num quadro de estagflação em que vivemos a uma política econômica conservadora e ultrapassada desenhada ao estilo Chicago boy do Ministro Paulo Guedes, temos uma situação real de produção sistemática da miséria do povo brasileiro. Na verdade, tal política econômica e social é um crime cometido pelo Estado brasileiro contra seu próprio povo.

### **Considerações finais**

É possível afirmar que a chamada concorrência pelas forças de mercado entrou em colapso tão logo se impuseram com força os reais interesses dos monopólios, oligopólios e das grandes corporações que não só ditam as regras da economia capitalista desde o início do século XX, como agora, na forma predominantemente financeira, concentram e retem o fluxo global de mais-valia. Extinguiu-se, a muito, a ainda propalada, liberdade de mercado. Com o fim da liberdade de mercado, cai por terra

---

<sup>3</sup> Ver: [www.greenpeace.org.br](http://www.greenpeace.org.br), acesso em 26-out-22.

<sup>4</sup> Ver: [www.ipam.org.br](http://www.ipam.org.br), acesso em 26-Out-22



também a propalada eficiência da tradicional empresa capitalista, ou firma. Neste momento histórico de crise estrutural do capital, urge se desenvolver novas formas de produzir os bens úteis aos seres humanos. Muitas experiências já convivem no âmbito da atual economia global. É primordial que se desenvolvam as formas cooperativadas de produção e serviços, como a *economia solidária*, é preciso também que se desenvolvam outras formas de *empresas sociais* (ou seja, empresas cujo objetivo é produzir valores de uso, não mais-valia), que se aliadas ao *setor estatal*, com suas empresas e com seus serviços essenciais, como educação, saúde e segurança alimentar, formariam um complexo de três partes que iriam além da atual forma em crise, e sinalizaria para mudanças radicais, tanto nas relações sociais de produção, como no próprio desenvolvimento das forças produtivas para uma nova sociedade mais justa.

No atual processo de desglobalização onde a nação ganha nova relevância, China e Rússia saem com vantagens em relação aos outros BRICs pois são nações com autonomia econômica, política e com autonomia tecnológica em relação aos polos hegemônicos do pretérito processo de globalização. Já o Brasil, submisso aos ditames neoliberais do passado recente, entregou e vem entregando suas estatais e suas possibilidades de desenvolvimento tecnológico nos setores de ponta das tecnologias disruptivas, com o sucateamento das universidades públicas, dos centros de pesquisa, colocando-se a reboque como exportador de commodities e como importador e consumidores de tecnologias de comunicação e informação (C&I), enquanto a China se coloca como produtora e exportadora de C&I (núcleo duro do capitalismo digital).

Apesar de ostentar a oitava posição global em termos de PIB PPC com aproximadamente 3,7 trilhões de dólares, a posição subordinada no cenário global, armada pelas elites brasileiras com sua política neoliberal de privatizações e descontrole das atividades econômicas entregues às forças de mercado, condena-se a nação brasileira ao atraso tecnológico e põe o Brasil na posição de mero consumidor de tecnologias C&I e assim, como nação reprimarizada e de segunda classe no cenário do atual capitalismo Dígito-tecno-global.

A pobreza e a desigualdade social se desenvolvem como corolário de uma economia e sociedade que coloca o desenvolvimento social em detrimento da manutenção das classes abastadas proprietárias das terras e dos capitais, onde a especulação e o capital financeiro se tornam o centro dinâmico de uma economia subordinada aos polos hegemônicos do



capitalismo ocidental. Os dados empíricos são gritantes: em meados de 2022 temos aproximadamente 33 milhões de trabalhadores passando fome no Brasil e um montante próximo de 12 milhões de desempregados, dos quais temos cerca de um terço dos chamados jovens nem-nem (nem trabalham, nem estudam) e se contarmos os desistentes, desiludidos e condenados à informalidade perpétua, chagaremos a números assustadores. Estamos diante de uma verdadeira hecatombe social, já a esses problemas já em si gravíssimos, vem se somar o atual quadro de desequilíbrio ambiental, onde na verdade os pobres e negros são os mais afetados pois muitos são obrigados a viver em áreas de risco como encostas, etc. Somente em 2022 no Estado de Pernambuco, já se contam 110 corpos de pobres que morreram em áreas de risco em função das chuvas e deslizamentos, que comprovadamente tem a ver com o aquecimento global.

Um aspecto brutal do projeto de não desenvolvimento social do Brasil é o deficit habitacional que é paradoxalmente equivalente às moradias vazias, reflexo da entrega de um bem fundamental à sobrevivência humana, a moradia, à especulação imobiliária, que condena centenas de pobres todos os anos à pena de morte para os que vivem em encostas e beira de rios, já que são as primeiras e principais vítimas do processo de aquecimento global. A destruição ambiental e a ganância se juntam para patrocinar a matança de pobres: de um lado a indústria destrutiva produtora de lixo, e de outro, a transformação da moradia em fundo imobiliário para o deleite das elites ricas e especuladoras.

No Brasil, a deterioração das condições de vida do povo brasileiro é flagrante. Segundo os dados do segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Cotexto da Pandemia, realizado pela rede PENSSAN, "além dos 33,1 milhões de pessoas passando fome, o número daqueles que estão em insegurança alimentar é ainda maior. São 125,2 milhões de brasileiros sem alguma alimentação no dia, equivalente a 58,7% da população"<sup>5</sup>. É assim que o Governo Bolsonaro recolocou o Brasil no mapa da fome, com o desmonte de políticas sociais e corte sistemático de gastos sociais em educação, saúde e transferências diretas para os mais pobres. Já o relatório da PNADC de junho de 2022 dá conta que o número de pobres no Brasil em 2021 subiu para 47,34 milhões, onde o número de pobres é o maior da década, só sendo superado pelas taxas anteriores a 2011. O destaque do relatório é o percentual de pobres do norte e nordeste

---

<sup>5</sup> Ver: mundosindical.com.br/noticias/52727. Acesso em 27-06-2022.



brasileiros, sendo 36,4% e 39,7% respectivamente. É brutal a disparidade regional no Brasil pois o número de pobres nas regiões norte e nordeste somam quase 80%<sup>6</sup>.

A decadência da modernidade burguesa se expressa nas mazelas da chamada pós-modernidade. Os Estados Unidos é a expressão máxima da decadência com sua pseudo-democracia controlada por dois partidos da guerra que se revezam no poder e expressam o real poder do chamado *Deep State* e o real poder do complexo industrial militar e das suas corporações de escopo. Já a Europa, se não fosse apenas a expressão da NATO, seria um grande museu a céu aberto, ou a expressão do filme “*viagens românticas a lugares improváveis*”, com suas cidades fantasmas, igrejas e parques vazios. De outro lado temos a ascensão dos países ou “bloco” da Eurásia que não trazem grande frescor à decadência da sociedade do capital pois ali se expressa ou um capitalismo comandado por oligarcas milionários e ex-militares herdeiros do espólio da URSS ou a sociedade *high tech* da República Popular da China sob a mão forte do partido comunista. Assim, nunca a utopia de Marx de uma “sociedade livre de homens livres conscientemente organizada” esteve tão distante do mundo real.

Tudo indica que não há saída para a dupla crise do capital no interior do próprio capital, já que o capital é a própria crise na medida em que a acumulação de capital cria e recria um desequilíbrio permanente entre a oferta e demanda global para que haja a própria existência do excedente econômico ou mais-valia, ou seja, a própria razão de ser do capital.

Neste sentido, a atual crise estrutural é dupla: estrutural para Marx porque o capital cria naturalmente um permanente e crescente hiato entre a oferta e demanda global, o que pode acentuar a tendência a queda da taxa de lucro; e concomitantemente, estrutural no sentido de Mézáros, na medida em que a atual crise coloca o capital nos seus limites históricos já que tende a destruir as relações sociais próprias ao capitalismo, além de sua essência destrutiva colocar em risco a própria existência do planeta terra e por conseguinte da própria humanidade.

Para finalizar, caberia fazer algumas indagações: os Brics podem ser uma alternativa de desenvolvimento regional para seus países membros?, O Brasil poderia romper com sua velha subordinação ao imperialismo ocidental? Tudo isso poderia eliminar as forças da crise estrutural? O mais

---

<sup>6</sup> Ver: Relatório PNADC jun 2022. [www.imdsbrasil.org](http://www.imdsbrasil.org). Acesso em 30-06-22.



provável é que coloque a sociedade do capital e a dupla crise num novo patamar mais elevado, o capitalismo digital.

E quanto ao papel dos BRICS (estendido) neste provável novo contexto e qual o cenário possível em relação à desigualdade social e pobreza? Pois aí está uma pergunta de difícil resposta. Nada garante que o capitalismo com essa nova configuração possa alterar suas forças estruturais destrutivas. O que está em risco não é apenas a natureza, mas a própria existência da humanidade. Qual será a contribuição dos BRICS para o futuro? Nada no momento pode assegurar uma mudança significativa de atitude em relação tanto aos problemas ambientais quanto aos problemas sociais, ou seja, a destruição da natureza, dos rios, das florestas, da camada de ozônio, etc; e a destruição da capacidade de milhões em se alimentar e a morar decentemente. Não basta ter boas propostas sem interferir ou mudar os reais centros de poder e de decisão, como o complexo industrial militar, as corporações, o poder financeiro especulativo e os poderosos do G8, do G20 e dos BRICS. Seja lá como os conflitos sociais e as políticas econômicas encaminharão a questão social no Brasil no próximo governo, o certo é que precisamos romper o eterno ciclo de retorno da miséria e da desigualdade social que nos assola há séculos no nosso particular capitalismo digital da miséria. Finalmente, é preciso entender que não poderá haver efetiva e duradoura distribuição da renda e real desenvolvimento social sem a distribuição da propriedade dos meios de produção, com a adoção de empresas sociais e avanço da economia solidária e a mudança radical das relações do ser humano com a natureza, no sentido de que a produção e o consumo de hoje não coloque em risco a existência das gerações futuras e do próprio planeta.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1994.

BACCHI, Sérgio. "A crise geral do capital". **Revista Fim do Mundo Nº 01**, jan-abr. p. 23-38, 2020.



- BARCA, Stefânia. "On working-class environmentalism: a historical and transnational overview". **Interface: a journal for and about social movements**. Vol. 4 (2) 61-80. November, 2012.
- BENJAMIM, Walter. **O capitalismo como religião**. Disponível em: [http://www.letras.ufrj.br/ciencialit/garrafa/garrafa23/janderdemelo\\_captalismocomo.pdf](http://www.letras.ufrj.br/ciencialit/garrafa/garrafa23/janderdemelo_captalismocomo.pdf). Acesso em 16-jan-2015.
- BORELLI FILHO, Dorival. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/03.pdf>. Acesso em 25 nov 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- CHESBROUGH, H., Vanhaverbeke, W., West, J. **Open Innovation: Researching a New Paradigm**. USA: Oxford University Press, 2006.
- DEBORD, Gui. **La société du spectacle**. Paris: Éditions Camps Livres, 1967.
- CEPAL. **Panorama Social da América Latina**. Nações Unidas, 2012.
- CEPALSTAT. Dados disponíveis em [www.cepal.org](http://www.cepal.org). Acesso em 21 set 2018.
- CHASIN, José. **Ad Hominem** – rota e perspectiva de um projeto marxista. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.
- CHESNAIS, F. "A globalização e o curso do capitalismo de fim de século". **Revista Economia e Sociedade**, n. 5: 1-30. Campinas: UNICAMP. Dez. 1995
- DRAIBE, Sônia. "A Política Social no período FHC e o sistema de proteção social". **Revista Tempo Social**, USP. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a04v15n2>. 2003
- FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Artenova, 1977.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Edição comemorativa 50 anos. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.
- GENNARI, Adilson M. & ALBUQUERQUE, Cristina M. P. **Políticas Públicas e Desigualdades Sociais no mundo contemporâneo: debates e práticas no Brasil e em Portugal**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- GENNARI, Adilson M. "Introdução ao pensamento de Francisco de Oliveira: um avis rara na dialética brasileira". **Revista Fim do Mundo**, n. 1, jan-abr 2020. Marília – SP: UNESP. 2020.
- IPEA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Edição Especial n. 13. Disponível em [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br). Acesso em jan. 2014.
- IPEA. **Toward a Long-Term Strategy for BRICS**. Think Tank.
- HAYEK, F. Von. **O caminho da servidão**. 2. Ed. São Paulo: Globo, 1977.



- IVO, Anete B. L. **Viver por um fio: pobreza e políticas sociais**. São Paulo: Annablume, 2008.
- KEMPF, Hervé. **Para salvar o planeta livrem-se do capitalismo**. Lisboa. Ed. Livre, 2009.
- KILSZTAJN, Samuel. "Paridade do poder de compra". **Pesquisa & Debate**, vol. 11, n. 2, (18), p. 93-106, 2000.
- LENIN. V. I. **Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas: Navegado Publicações, 2011.
- LUKÁCS, G. **El Asalto a La Razon: la trayectoria del irracionalismo desde Scheling hasta Hitler**. Tercera edición. Barcelona-México, D.F. Ediciones Grijalbo S. A, 1972.
- MARX, Karl. **O Capital – crítica da economia política**. Livro Segundo: o processo de circulação do capital, vol. III, 3º edição, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, Karl e ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**, São Paulo: CHED, 1980.
- MARX, Karl & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MASON, Paul. **Pós-capitalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2015.
- MÉSZÁROS, István. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.
- MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MISES, Ludwig Edler von. Primeira edição 1912. **The theory of money and credit**. New Haven: Yale University Press, 1953.
- OLIVEIRA, F. O momento Lênin. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n.75, p.23-47, jul, 2006a.
- OLIVEIRA, F. Neoliberalismo y sectores dominantes. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, p.274, 2006b.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista, o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Roberson & GENNARI, Adilson M. **História do Pensamento Econômico**. 2. Edição, São Paulo: Editora Saraiva, 2019.
- O'NEILL, Jim. "Building Better Global Economics", **BRICs, Global Economic Paper n. 66**, nov. 2001. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/insights/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>. Acesso em 06-abr-2022.





- PAINE, Thomas. **Agrarian Justice**. Inglaterra: Disponível em: [http://schalkenbach.org/library/henry-george/grundskyld/pdf/p\\_agrarian-justice.pdf](http://schalkenbach.org/library/henry-george/grundskyld/pdf/p_agrarian-justice.pdf). 1795
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIZOTTI, Maria Luiza Amaral. "A construção do sistema de proteção social no Brasil: avanços e retrocessos na legislação social". Disponível em : <http://sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutrinas/arquivos/construcao.pdf> . Acesso em 23/03/2014.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cotez, 2002.
- SANTOS, Aline Mendonça dos; NASCIMENTO, Cláudio. **Paul Singer e a pedagogia da autogestão na economia solidária**. Marília, Lutas Anticapital, 2018.
- SANTOS, Jair F. **O que é pós-moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- SINGER, Paul. "cidadania para todos". In: PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla (org.) **História da Cidadania**. São Paulo: contexto, 2008.
- SILVA, Ana C. Aguerri Borges & GENNARI, Adilson M. "Destrução ambiental e desigualdade social: dois lados do mesmo processo de desenvolvimento capitalista". **Revista Fim do Mundo**. n. 2 mai-ago . Marília – SP: UNESP, 2020.
- SUPLICY, E. Matarazzo. **Renda de Cidadania: a saída é pela porta**. São Paulo: Cotez/Perseu Abramo, 2006.
- WEISSHEIMER, M. A. **Bolsa família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias brasileira**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

*Dezembro de 2022.*

